

RADAR

SAÚDE ■ FAVELA

edição 22

Jan | Fev | Mar | Abr

2023

Justiça reprodutiva das
mulheres lésbicas e
bissexuais.

Violência obstétrica
no lixão de Itaoca.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação de Cooperação Social

Imagem: Bianca Lorena Aguiete Sepulveda

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 DEBATES

- 5 PELA JUSTIÇA REPRODUTIVA DAS MULHERES LÉSBICAS
E BISSEXUAIS
Janine Oliveira

9 MEMÓRIA

- 10 JUNTAS SOMOS MAIS FORTES, ZONA OESTE
Day Medeiros

- 14 MULHERES VIVAS ZONA OESTE
Mulheres Vivas Zona Oeste

16 ENSAIOS

- 17 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ANTIGO LIXÃO DE ITAOCA
Laura Torres

- 21 PÁTRIA É A TERRA QUE LHE DÁ O PÃO!
José Carlos Pereira, João Vítor Rodrigues e Tayna Silva

27 O QUE TÁ PEGANDO

- 28 MANGUINHOS E JACAREZINHO SE MOBILIZAM PARA GREVE
GLOBAL PELO CLIMA CONTRA ENCHENTES.
Vários autores

34 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

Imagem: Bianca Lorena Aguiete Sepulveda

RADAR SAÚDE FAVELA é o novo informativo produzido pela Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz. Gestado no primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil, o projeto foi um dos produtos da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19 Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo de fontes não oficiais, o antigo Radar Covid-19 Favela trouxe análises populares e científicas sobre a situação de saúde em territórios periféricos, visibilizando iniciativas populares de enfrentamento à pandemia no decorrer de suas 17 edições, publicadas entre agosto de 2020 e junho de 2022.

Em sua nova fase, o Radar Saúde Favela terá foco em produzir e difundir informações sobre a situação de saúde e da sua determinação social em favelas e periferias de centros urbanos, lançando luz sobre as diversas dimensões de precariedade que afetam de forma diferenciada as populações que habitam em territórios socioambientalmente vulnerabilizados. Não mais centrado apenas no Rio de Janeiro, o novo informativo ampliará seu escopo, contemplando relatos, textos, entrevistas e material audiovisual dos quatro cantos do país, a partir da ampliação da rede de ativistas, movimentos e lideranças sociais atuantes nestes territórios. Debates, discussões e reuniões de pauta com tais atores sociais também fazem parte das atividades desenvolvidas. Tudo isso, sem perder de vista as implicações da Covid-19, as quais ainda se fazem presentes, sobretudo nesses territórios.

O material publicado resulta da formação de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais e o direito à comunicação pública. Lançado como uma revista digital, o Radar Saúde Favela está ancorado nos referenciais teórico, conceitual e metodológico de Promoção da Saúde, remete às diretrizes do Programa Institucional de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Fiocruz, bem como aos objetivos e metas do Projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos da Coordenação de Cooperação Social. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.



DEBATES



Imagem: Getty Images

A seção Debates tem o objetivo de amplificar as vozes e as demandas de movimentos sociais, organizações e lideranças de favelas e periferias e apoiar seus protagonismos na produção de conhecimento, nas reivindicações por direitos e na formulação de políticas públicas.

PELA JUSTIÇA REPRODUTIVA DAS MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS

Janine Oliveira, é mulher negra e bissexual. Integrante do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria. Assistente Social da Atenção Básica em Saúde. Pesquisadora e ativista dos direitos sexuais e reprodutivos, defesa do aborto legal e seguro e dos direitos Lgbtqiap+.



Imagem: Getty Images

Maria decidiu trocar de profissional e, assim, passou por mais três especialistas que também não se preocuparam em saber sobre a sua sexualidade. Na quarta ginecologista, Maria teve coragem e disse: sou bissexual! A médica, desconcertada, logo informou que nunca tinha estudado sobre essa particularidade; era a primeira vez que atendia uma mulher bissexual.

Lily era recente moradora de um bairro na periferia de João Pessoa (PB). Como parte da ação da Atenção Básica em Saúde, a agente comunitária foi em sua casa fazer o cadastro domiciliar, territorial e individual de todos os componentes da família. A agente comunitária de saúde (ACS) perguntou quantas pessoas viviam naquela casa e Lily respondeu: duas adultas e dois adolescentes. Logo em seguida, a ACS, então, afirmou: pai, mãe e dois filhos. Dentro do questionário, pergunta-se sobre a sexualidade de cada ente familiar e o grau de parentesco. Em nenhum momento foi perguntado à Lily sua orientação sexual e muito menos a ACS se atentou ao gênero feminino usado para se referir às pessoas responsáveis pela família. Lily é uma mulher lésbica, casada com outra mulher, também lésbica, mãe de uma filha bissexual, um filho panssexual e um heterossexual.

Quantas histórias como essas se repetem cotidianamente? Várias! E nem citamos as histórias de violências físicas, verbais e obstétricas que mulheres lésbicas e bissexuais sofrem historicamente de uma política de saúde estruturalmente LbFóbica.

A política de saúde, no Brasil, traz em sua redação a perspectiva da integralidade, que se reforça ao passo que o direito à saúde está imbricado aos direitos sociais participantes do tripé da seguridade social. Assim, a saúde não é concebida apenas como indivíduo-doença. É necessário considerar as múltiplas dimensões das vidas, que perpassam estruturas de classe, raça, sexo (gênero) e sexualidade. Portanto, falar sobre saúde é falar sobre Justiça Reprodutiva.

Ratificando esse entendimento, em 2011, tivemos um marco importante na luta do movimento Lgbt brasileiro, com a instituição da Portaria nº 2.836, conhecida como Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral Lgbt). O questionamento é: o que tem sido feito para que a saúde seja de fato integral e atenta às particularidades diversas? Que se

tenha, de fato, uma justiça reprodutiva! Quando adicionamos a essa discussão a dimensão do recorte de sexualidade, é aí que a “coisa” desanda!

O Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria – Paraíba, entendendo isto, desde 2002, vem atuando também no campo da saúde das mulheres LB. Uma militância que partiu da inquietação individual e que encontrou fortalecimento coletivo e político quando as fundadoras do grupo entrelaçaram as histórias e as demandas por uma saúde de qualidade, gratuita e na defesa da informação.

A nossa luta compreende que o Estado e, conseqüentemente, as políticas públicas e sociais, reproduzem a perspectiva patriarcal-racista-classista-heterossexista-Lgbtfóbica. Nesse sentido, neste trilhar de 20 anos de resistência, desenvolvemos ações voltadas ao (auto)cuidado de mulheres LB, negras e periféricas. Vivemos, atuamos e militamos nas periferias de João Pessoa e regiões metropolitanas. Isto não se pauta apenas por reconhecermos que o nosso quadro de ativistas são em sua maioria periféricas, mas, articulado com isto, trata-se de uma posição estratégica por aprendermos que, nesses espaços, o acesso às informações é precário, sobretudo pela ausência do Estado em garantir os mínimos direitos sociais. Em contrapartida, nota-se uma forte influência fundamentalista e conservadora.

Assim, o que se percebe em nossas ações e acompanhamentos contínuos é que não se avançou muito. As mesmas demandas e inquietações, que se transformaram em bandeiras de luta das mais antigas do grupo, são atuais como nunca.

Sabemos que o debate sobre justiça reprodutiva da população LB é pouco difundido no país, com discussões incipientes até dentro do próprio movimento social e, conseqüentemente, a realidade de acesso a informações é de extrema preocupação para a viabilidade de direitos e o cuidado integral com a saúde.

Até nós que voltamos a nossa militância para o debate da saúde na perspectiva da justiça reprodutiva, encontramos dificuldades em acessar materiais, formações, cursos e projetos. É um esforço contínuo de pautar, nas instâncias de controle social, que a justiça reprodutiva de mulheres LB deve ser garantida, de fortalecer o debate interno, de acessar informações e redes para a construção de conhecimento e formação, com o objetivo de movimentar o saber nos espaços que construímos e constituímos.

Diante da necessidade de fortalecimento e de ser contra-hegemonia, nós pontuamos diariamente, no real, um dos nossos nortes: ser uma Quitéria é estar no mundo! E assim, em um esforço coletivo, ocupamos espaços sempre em busca de nos conectarmos com grupos e pessoas diversas, pois acreditamos que a transformação social se faz apenas no coletivo. Entendemos que o nosso ativismo não deve ser endógeno e isolado, mas que devemos promover e realizar intercâmbios com outras organizações e instituições. E é assim, em um esforço coletivo, que nos últimos anos temos avançado na defesa da luta pela justiça reprodutiva de mulheres LB, participando de espaços informativos e buscando endossar os nossos princípios: defesa da equidade e de uma sociedade justa.

Nesse sentido, alinhadas na defesa de acesso à informação e à formação de qualidade e democrática, na perspectiva de aquilombamento e com trocas de vivências e experiências, integrando saberes científicos com conhecimentos individuais, e valorizando a troca de forma horizontal, desenvolvemos a nossa incidência política.

MEMÓRIA



Imagem: Acervo pessoal Day Medeiros

Nessa seção, abrimos espaço para conhecer um pouco do passado de favelas e periferias pelo país afora. Por meio de relatos de moradores, da reconstrução de suas histórias orais, bem como de suas trajetórias, contamos a história social e urbana de diferentes localidades.

JUNTAS SOMOS MAIS FORTES, ZONA OESTE.

Day Medeiros, Ativista sociocultural da Zona Oeste/RJ



Imagem: Acervo pessoal Day Medeiros

Mês de março é marcado por várias agendas importantes para reafirmar os direitos que garantem a vida das mulheres. Para falar disso fiz um resgate da minha trajetória como mulher nesse mundo, foi um processo muito difícil pois surgiram listas com gatilhos de experiências e vivências machistas e misóginas que me atravessaram. Refleti que minha trajetória de luta começa muito antes do meu nascimento no final dos anos 80. Antes de ser mãe da Marina, professora de arte, ativista nascida e criada na Zona Oeste, eu sou neta de Henoemis Medeiros e Ilma Ferreira, costureiras e da roça que chegaram na Zona Oeste por volta dos anos 60, sou filha de Enoemis, costureira que foi negada o direito de estudar mas não desistiu do sonho, se formou professora depois

dos 40 anos e hoje é uma importante liderança comunitária em Santa Cruz, sou sobrinha de mulheres que cresci vendo atravessar a cidade para servir e cuidar dos outros para voltar para casa com o sustento da típica família tradicional brasileira, a que em sua maioria dependem das mulheres para a garantia da moradia e da alimentação dos seus. Comecei com esse minicurrículo familiar, porque percebi que me reconhecer hoje como uma ativista nesse território, tem muita relação com os exemplos e com o inconformismo, que herdei de minha mãe, pelos direitos básicos à vida negados a mim e as mulheres que me fazem com suas histórias de dores e conquistas.

Quando falamos de mulheres na zona oeste estamos falando de várias gerações que mesmo que não se reconheçam no movimento social e político do mês das mulheres, lidam e enfrentam modelos sociais patriarcais e coronealistas que oprimem, violam e negam direitos básicos de vida diariamente para uma população que representa quase metade do território da cidade do Rio de Janeiro, no recorte da “Zona Oeste Férrea”. Como mãe solo, de uma menina também nascida na Zona Oeste, agradeço por ter a oportunidade de ter uma rede de apoio tão forte, nas incalculáveis demandas do maternar. A minha maternidade e a primeira infância de Marina foi marcada pela luta para cursar o ensino superior, que segundo o Índice de Progresso Social do IPP em 2018 apresentado na agenda Rio 2030 da Casa Fluminense, apenas 5% dos moradores da região administrativa de Santa Cruz acessam a tão valorizada academia. Com 20 anos de idade, descobri a gravidez com quase quatro meses de gestação, semanas depois de receber dois resultados positivos do vestibular, foi desesperador, descobri que estava grávida quando ainda estava extasiada pela felicidade de realizar o sonho da universidade pública federal. Sabia que não seria fácil para uma mãe, eu que já era trabalhadora, entendia a importância da graduação para aumentar a minha renda. E foi exercendo o direito de ocupar esse espaço, que de fato comecei a entender meu lugar social e econômico como mulher periférica e mãe solo, o machismo estrutural ficou ainda mais escancarado.



Imagem: Acervo pessoal Day Medeiros

Parir um ser humano nascido em um corpo feminino, é ter que aprender a desconstruir o machismo entranhado em várias atitudes minhas como mãe e também sempre estar em alerta para todas as violências vividas por mim e ouvidas de outras mulheres que conseguiram ser ouvidas a tempo, que sobrevivem às tentativas de silenciamento, simplesmente por serem mulheres. Na “Zona Oeste Férrea”, não muito diferente das periferias do Brasil, o conservadorismo cristão, o militarismo, a agricultura, a industrialização, a pesca, a política partidária, o poder paralelo, são culturas de soberania masculina, que somadas a

ausência do Estado expõe ainda mais as mulheres á uma realidade de violação de direitos sobre nossas vidas e nossos corpos periféricos. A centralização e a distância dos diferentes campus da universidade, dos instrumentos culturais e dos espaços de debates políticos e sociais, me fizeram começar a questionar acesso a mobilidade urbana digna, por vezes chorei com a distância, passava pelo menos 6 horas do dia me locomovendo entre casa, UFRJ e trabalho, na van , no BRT, no trem ou no busão, cumprindo múltiplas jornadas da rotina da mulher pobre e periférica que precisa cruzar a cidade, em um transporte público sucateado, lotado.

Estudar, trabalhar , amamentar, manter Marina viva e segura, só foi possível com muito apoio das mulheres da minha família e das amigas e amigos que muitas vezes me deram suporte financeiro e emocional. Me formar na universidade pública para alguns homens da minha família enraizada de machismos, era estar sendo doutrinada pela “balbúrdia da esquerda brasileira”, por diversas vezes refutaram minhas opiniões contra o machismo, o feminicídio, o racismo, a homofobia, meu trabalho como ativista e educadora social. Já para as mulheres que me criaram, pegar o diploma era uma possibilidade de ascensão, exemplo e continuação do legado de luta para as minhas mais novas. A academia me alimentou com embasamento teórico para reforçar minha militância, mas meu ativismo se dá quando eu volto para o chão da Zona Oeste, graduada, carregando minha cria, disposta a romper as estruturas, mobilizada com outras mulheres, ativistas e lideranças do território, fazendo cultura, arte e incidência política pela minha cria, pelos meus e por todas nós. Se hoje estou viva para escrever esse texto foi porque mulheres intervirem no meu caminhar, meteram a colher, me acolheram, me cuidaram, me fortaleceram e me encorajaram. Sem dúvidas, **JUNTAS SOMOS MAIS FORTES!**

MULHERES VIVAS ZONA OESTE

Movimento Mulheres Vivas Zona Oeste



Imagem: Acervo Movimento Mulheres Vivas Zona Oeste

O Movimento Mulheres Vivas Zona Oeste, surgiu em 2019, reunindo mulheres moradoras da região de Santa Cruz e de instituições da sociedade civil, com o compromisso de cobrar justiça por Marielle e Anderson e denunciar as violações contra as mulheres e crianças da Zona Oeste, que sofrem com a falta de mobilidade urbana, com subempregos, com a fome, com a falta de instrumentos culturais, com a falta de acesso à saúde e à educação de qualidade.

Em 2020, o ato público que o coletivo estava organizando foi cancelado devido ao comunicado da Covid-19, um dia antes do dia 14/03. Cancelamos a programação geral e decidimos que apenas as organizadoras

do evento se encontrariam para acolher e manifestar nosso amor e nossa luta por Santa Cruz, para questionar e chorar dois anos do assassinato de Marielle. Não fazíamos ideia do que nos esperava na pandemia.

Muitas de nós pararam o trabalho cultural e educacional que faziam em suas organizações e comunidades, para coletivamente ocupar a linha de frente contra as consequências da Covid-19 nas favelas e periferias, cumprindo um papel fundamental de assistência alimentar, saúde coletiva e comunicação comunitária, diante da negligência do Estado.

Em 2023, no dia 18/03, após 5 anos sem saber quem mandou matar Marielle, ocupamos novamente a Praça do Ringue, em frente à estação de trem e do BRT, no centro de Santa Cruz, com arte, cultura e muita manifestação política. O Brasil vive um momento político de reconstrução e é muito importante que as mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas façam parte desse processo, ocupando espaços de poder, cobrando seus direitos e podendo esperar que dias MULHERES VIRÃO.

ENSAIOS



Imagem: Acervo SPM

Nesse espaço, privilegiamos as escritas de todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, vivem as periferias. Artigos, crônicas, contos, em suma, diferentes gêneros literários, além de ensaios fotográficos, são alguns dos materiais aqui presentes.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ANTIGO LIXÃO DE ITAOCA

Laura Torres, 26 anos, moradora de Jardim Catarina/São Gonçalo. É doula, ativista pelos direitos sexuais reprodutivos e atualmente é diretora do projeto social Espaço Gaia e vice secretária da Associação Doulas Solidárias.



Imagem: Acervo Movimento Mulheres Vivas Zona Oeste

Estamos inseridos em uma sociedade machista e patriarcal, que violenta os corpos das mulheres de todas as formas possíveis, seja pensando em relações abusivas, seja no momento do parto, pois o lugar que a mesma acontece muda, mas a violência continua a mesma. De acordo com a pesquisa “Nascer no Brasil” coordenada pela Fiocruz, mulheres negras somam cerca de 62% das mortes maternas e sofrem cerca da 66% das violências obstétricas, do físico ao psicológico. São Gonçalo é uma cidade composta majoritariamente, por pessoas pardas e pretas, o que explica os altos índices de violência obstétrica dentro do nosso território além da forma racializada do atendimento dentro dos espaços de saúde.

De acordo com um levantamento feito pela Frente Parlamentar de Violência Obstétrica do Estado do Rio de Janeiro, de janeiro a julho de 2022, foram constatados cerca de 50 óbitos neonatais no Município de São Gonçalo. Uma pesquisa realizada pelo projeto social Espaço Gaia mostrou que pelo menos 80% das mulheres que tiveram seus bebês na maternidade do município sofreram algum tipo de violência obstétrica durante o atendimento, seja a negação do direito de ter um acompanhante de sua escolha, o que é garantido pela lei federal nº11.108/2005, seja violências físicas diversas como a manobra de kristeller (que consiste em uma pressão no fundo uterino) ou a episiotomia (corte no períneo, considerado desde 1999 como mutilação genital).

Pensando nesses números e em formas de auxiliar essas famílias, em agosto de 2022, o Espaço Gaia, em parceria com o Projeto Lilás, lançaram a sua primeira cartilha, que aborda temas como “dignidade menstrual, violência doméstica e obstétrica”, entendendo que os três temas têm um lugar em comum: a violação e a violência contra os corpos com útero.

O lançamento da cartilha foi realizado dentro do centro cultural da cidade e contou com duas mesas, nas quais estiveram presentes representantes políticos do campo progressista, além da sociedade civil organizada e de outras mulheres que trabalham com a temática dentro de seus territórios.

Foi através dessa pesquisa e de um encontro com Maiara Aparecida (24 anos), moradora do antigo lixão de Itaoca, localizado no Complexo do Salgueiro, que eu, Laura Torres, diretora geral do Espaço Gaia, desenvolvi um projeto com gestantes e puérperas dentro da localidade.

Itaoca é um local de muitas ausências, por mais que tenham projetos sociais que façam ações lá, tudo acontece muito pontualmente e nada trabalhando o desenvolvimento e a autonomia dessas pessoas,

com um olhar para um público específico e uma mudança real e palpável. Como doula e ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos, eu queria levar informação e mudar um pouco a realidade das mulheres que moram lá, pois sei que se a informação não chega aqui fora, imagina em um lugar que não tem nem ônibus

As rodas de conversa com gestantes e puérperas acontecem desde meados de 2022, a fim de informar sobre os tipos de violências obstétricas, seus direitos e formas de denúncia caso aconteça algo em seu parto. Após um encontro com a moradora Maiara Aparecida, a mesma relatou como foram os seus três partos anteriores, e nessa conversa, foram identificadas as violências sofridas, inclusive, contando que tentou suicídio quando soube da nova gestação, com medo de passar pelas mesmas situações novamente.

“Através das rodas, nesse quarto parto, quando eu fui ter a Kimberly, eles me reconheceram pela cartilha, e eu não sofri nenhuma violência obstétrica, me trataram como tem que me tratar e falaram bem dela (Laura) e da Paola dentro do hospital”, conta Maiara Aparecida na festa de encerramento do segundo ciclo de gestantes do projeto.

Apesar da maternidade do município se dizer humanizada, pois conta com uma sala que tem bola, banquetas e itens para fazer carimbo de placenta, a humanização não é uma via de nascimento ou um tipo de parto, e sim, uma forma de assistência que deve acontecer com todas as pessoas, respeitando o protagonismo e as decisões de quem está gestando. E encerra, dizendo que é preciso pensar em formas de assegurar às nossas mulheres e crianças, não só do nosso território, mas de todos os outros, os direitos de um parto sem traumas e seguro.



Imagem: Bianca Lorena Agnete Sepulveda

Por mais que as ações com as rodas aconteçam de forma direcionada dentro do antigo lixão de Itaoca, elas evidenciam a importância de levantar essa pauta dentro do município, fazendo com que esse assunto seja debatido, inclusive, dentro da câmara de vereadores, com o objetivo de criar um projeto de lei que possa considerar a violência obstétrica um mal que assola a cidade de São Gonçalo, sendo um exemplo para a sociedade em geral.

PÁTRIA É A TERRA QUE LHE DÁ O PÃO!

José Carlos Pereira, João Vítor Rodrigues e Tayna Silva
integrantes da Pastoral dos Migrantes



Imagem: Acervo SPM

Todas as pessoas sentem fome diariamente. Para saciá-la, basta tomar um lanche ou fazer uma refeição. Mas a fome não é apenas uma manifestação biológica, de caráter puramente individual. Ela é a expressão da desigualdade econômica e social que privilegia o bem estar de grupos abastados, influentes politicamente, e mantém, aprofunda e multiplica a pobreza e a vulnerabilidade social de muitos outros grupos.

Portanto, não podemos abordar a fome como uma sensação comum do dia a dia, tampouco como um problema natural causado somente por intempéries climáticas, como secas e enchentes. Ao contrário, a fome é

coletiva, endêmica, epidêmica. É um problema ético, político e econômico, que atinge muitos grupos sociais e que, por isso, interessa a todas as pessoas, na medida em que deve ser abordada como um problema de saúde pública.

A fome endêmica tem raízes na desigualdade social. Ela atinge, principalmente, regiões empobrecidas do planeta, tais como a América Latina, África e Ásia. Mas também ocorre em bolsões de pobreza de países ricos como EUA, Inglaterra, França etc. Essa fome afeta mais os negros, mulheres, migrantes, comunidades de povos tradicionais e a população em situação de rua. Ela expressa a xenofobia, o preconceito étnico, racial, de classe, de gênero e é agravada pela falta ou insuficiência de políticas de geração de emprego e renda, saúde, habitação, educação, reforma agrária, transporte etc.

No que se refere à insegurança alimentar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a classifica em três níveis – leve, moderada e grave. Leve: há incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro e queda na qualidade dos alimentos, resultante de estratégias para não diminuir a quantidade de refeições consumidas; moderada: há redução quantitativa no consumo de alimentos entre os adultos e/ou piora nos padrões de alimentação; grave: há redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, observa-se a piora nos padrões de alimentação e a falta de alimentos para todos os membros de uma família.

O relatório da ONU Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional 2022 informa que 22,5% da população (131,3 milhões de pessoas) da América Latina e do Caribe não tinham alimentação saudável. No Caribe, a fome atinge 52% da população; na América Central, 27,8%; e na América do Sul, 18,4%. Entre 2019 e 2020, 8 milhões de novas pessoas, a maioria delas migrantes, entraram para o mapa da fome na região, devido ao aumento do custo de vida.



Imagem: Acervo SPM

No Brasil, grande parte da população imigrante recém-chegada vive em situação de vulnerabilidade. Muitos chegam em busca de melhores condições de vida, assistência médica, segurança alimentar, entre outras questões. O fluxo migratório foi alto e constante nos últimos anos e, para além do processo de interiorização, os governos não ofereceram apoio a essas pessoas. Como resultado, é notável o aumento da população migrante em situação de rua e, conseqüentemente, em situação de vulnerabilidade alimentar. Além dos migrantes em situação de rua, as pessoas empregadas e que não se encontram nessa situação ainda sofrem com a insegurança alimentar e com a fome, o que impacta tanto as famílias na cidade quanto as famílias no campo.

O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) é uma entidade social ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua junto às pessoas migrantes, refugiados/as/es e pessoas em situação de vulne-

rabilidade social. A instituição está presente em quase todos os estados brasileiros e em sua atuação busca trabalhar tanto no âmbito de integração da pessoa migrante, seja auxiliando no transporte e na inserção no mercado de trabalho, na integração social e interiorização, como também luta para que a pessoa migrante tenha condições dignas e que esteja em sintonia com seus costumes e suas tradições.

O SPM tem como uma de suas missões colaborar na luta contra a fome e a insegurança alimentar, com atuação em diferentes estados brasileiros. Com o auxílio de projetos, financiadores, arquidioceses e voluntários, a entidade desempenha serviços que possuem como objetivo sanar, nem que momentaneamente, a necessidade da pessoa migrante e sua família, dentro de cada realidade. As casas do Migrante são casas de acolhida que estão espalhadas pelo país, desempenhando as funções de: promover a integração da pessoa migrante recém-chegada, dando a ela um lar temporário e alimento dignos, auxiliando na busca por emprego e moradia.



Imagem: Acervo SPM

Na região Nordeste, o SPM Semiárido desempenha atividades de distribuição e entrega de sementes para plantio, fomentando os bancos de sementes do semiárido paraibano, além de trabalhar em iniciativas como a construção de fogões ecológicos e econômicos. Em Fortaleza, algumas das missões passam por criar alternativas para fomentar a independência de pessoas migrantes, tais como capacitação para mulheres empreendedoras, curso de culinária típica, aulas gratuitas de português para imigrantes, além da acolhida de pessoas em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

Durante e pós-pandemia, o serviço pastoral dos migrantes vem desempenhando um trabalho intenso com pessoas migrantes, refugiadas, comunidades de acolhida, pessoas LGBTQIA+ e comunidades indígenas nas regiões Norte, Nordeste e Sul, principalmente em áreas fronteiriças para a prevenção da Covid-19 e suas consequências.

Os trabalhos executados são divididos em diversos projetos e alguns contam com o financiamento de instituições internacionais. Esses trabalhos são focados em distribuição de aportes financeiros para necessidades básicas momentâneas, distribuição de kits de higiene e cestas básicas, encaminhamento à saúde, campanhas de conscientização sobre as consequências da Covid, como o aumento da violência doméstica, da insegurança alimentar, da depressão, e outras sequelas da pandemia, além de campanhas massivas de vacinação e documentação. Mesmo sabendo que grande parte destes trabalhos não solucionam o problema como um todo, pois a questão da fome no Brasil é muito maior do que isso, ainda se tem consciência de que o gesto, por menor que seja, causa impacto na vida da pessoa acolhida.



Imagem: Acervo SPM

A solução definitiva desses problemas está com o poder público e para isso a sociedade civil deve estar organizada para pressionar as autoridades a tomarem providências. Essa é mais uma frente de atuação da pastoral dos migrantes, que, frequentemente, convoca mobilizações e campanhas para pressionar o poder público a agir, além de estar presente em conselhos e comitativas para sempre estar em debate com prefeituras, governos estaduais e o governo federal.

Fica com-o reflexão a frase de São João Batista Scalabrini, apóstolo dos migrantes: “Para o migrante, pátria é a terra que lhe dá o pão!”

O QUE TÁ PEGANDO



Imagem: Site Voz das Comunidades

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços de Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público, além de textos de especialistas e pesquisadores, este espaço dá visibilidade aos acontecimentos do momento nas favelas e periferias.

MANGUINHOS E JACAREZINHO SE MOBILIZAM PARA GREVE GLOBAL PELO CLIMA CONTRA ENCHENTES.

Vários Autores



Imagem: Site Voz das Comunidades

**CARTA-MANIFESTO ÀS COMUNIDADES E À PREFEITURA DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO: 3 DE MARÇO 2023 – GREVE GLOBAL
PELO CLIMA NO JACAREZINHO E MANGUINHOS**

Os Desastres Climáticos no Rio de Janeiro têm CEP e têm cor.

Nenhum prefeito do Estado do Rio de Janeiro, nem mesmo do Brasil, tem o direito de afirmar estar surpreso pela ocorrência de chuvas torrenciais, deslizamentos e grande inundações. O aumento da frequência e intensidade de chuvas decorrentes das mudanças climáticas, geram mortes, doenças, prejuízos e sofrimentos.

O litoral norte de São Paulo sofreu os impactos socioambientais de uma chuva de mais de 600mm em um dia, uma intensidade pluviométrica impressionante que colapsou diversos bairros, com mais de 40 mortos contabilizados até domingo de carnaval. São necessárias medidas não somente emergenciais, mas de adaptação às mudanças climáticas. As cidades precisam se preparar e isso não pode ser mais adiado!

A cidade do Rio de Janeiro está completamente vulnerabilizada diante dos eventos extremos, em especial as comunidades de baixa renda. O racismo ambiental produz drama e tragédia principalmente, entre pessoas pretas, mulheres e crianças que vivem nos territórios mais expostos aos efeitos provocados pelas mudanças climáticas. Vítimas de uma dívida história do estado da precária política habitacional que os levam a “morar” em áreas de encostas, nas margens dos rios ou áreas alagadiças perdem a vida de entes queridos, bens materiais e são impactadas psicologicamente, desabrigadas ou desalojadas.

O que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem feito em termos de ações preventivas estruturais (obras) e estruturantes (comunicação, educação, mobilização) e as ações de resgate, recuperação e reconstrução na gestão de risco e crise diante de desastres como ocorreu nas chuvas de 5 a 11 de fevereiro? O que a população pode fazer nos seus bairros diante de tanto sofrimento? As pessoas têm conhecimento dos riscos envolvidos? Se há dificuldade em responder a essas perguntas significa que algo está muito errado e explica, em alguma medida, essa nossa vulnerabilidade. A resposta está em mobilizarmos e exigirmos políticas públicas efetivas já!

Leis, planos e programas foram inclusive publicados durante gestões anteriores do atual Prefeito Eduardo Paes e precisam sair do papel, a exemplo da “Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, dispõe sobre o estabelecimento de metas de redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o Município do Rio de Janeiro” e a “Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro”.

Todo ano, é realizada a Greve Global pelo Clima: ato internacional de alerta para as mudanças climáticas e o sofrimento das populações, em especial, as mais vulnerabilizadas. Com presença da Coalizão Pelo Clima, Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, FASE, Cebes, Fórum de Saúde do RJ, Asfoc, Rede Favela Sustentável, Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde, tiramos que, neste ano, iremos fazer o ato em Manguinhos e Jacarezinho, em 3 de março, iniciando às 9h no Jacarezinho e caminhando para Manguinhos, registrando a situação nos territórios, ouvindo as comunidades.

O objetivo é chamar a atenção da população para a gravidade das mudanças climáticas globais e das consequências sobre nossa cidade e país e exigir dos governantes, em todos os níveis do aparelho de Estado, compromissos efetivos para as ações de adaptação e de proteção à vida.

Entregaremos essa Carta-Manifesto, distribuída nas comunidades, para a Prefeitura da Cidade do RJ e solicitaremos uma audiência pública com a Secretaria de Ambiente e Clima no sentido de termos respostas concretas visando a proteção da vida dos diversos moradores das comunidades de baixa renda e da cidade em geral. Vamos juntos enfrentar o racismo ambiental e lutar pelos direitos das favelas!

Contamos com apoio de todos que estão nessa luta socioambiental há muito tempo pela melhoria do saneamento, em defesa da moradia

digna e segura, pelo reflorestamento e arborização urbana, transporte e mobilidade urbana, ou seja, pela melhoria das condições de vida e de saúde de nosso povo. Juntem-se a nós!

Pauta de Reivindicações junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro:

1 – Dar efetividade à “Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, que dispõe sobre o estabelecimento de metas de redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o Município do RJ” (2011) e à “Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro” (PCRJ, 2016);

2 – Implementar, imediatamente, o Fórum Carioca e o Fundo Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, incluindo as medidas de adaptação no RJ;

3 – Respostas sobre o que foi feito a partir dos estudos e levantamentos contidos no Relatório da CPI das Enchentes, sob presidência do vereador Tarcísio Motta, na época governo Crivella, em 2019, que fez um raio-X das improvidências dos governos e dos impactos sobre a população, com mais de 100 recomendações;

4 – As emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da Ternium e demais empresas integrantes do Complexo Siderúrgico da Zona Oeste devem ser contabilizadas em conjunto com as demais emissões de GEE do Município. É vexatório que isso ainda não ocorra!

5 – Apoiar e dar respostas às comunidades na elaboração de um Plano de Vigilância Popular e de Contingência das Favelas diante de eventos climáticos extremos;

6 – Ações concretas de saneamento ambiental, de dragagem dos rios e canais, de proteção de encostas, em defesa da urbanização, moradia

digna e segura, pelo reflorestamento e arborização urbana, transporte e mobilidade urbana e melhoria das condições de vida de nosso povo.

Assinam a Carta-Manifesto:

1. Coalizão Pelo Clima
2. Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental
3. FASE- Solidariedade e Educação
4. Cebes
5. Fórum de Saúde do RJ
6. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Fiocruz – Asfoc
7. Rede Favela Sustentável
8. Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde
9. Clemaarj Conferência Livre Estadual de Meio Ambiente e Agricultura do RJ
10. Observatório da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha
11. Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM Rio
12. Fórum Permanente de Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
13. Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur)
14. Fórum Popular da Natureza – Rio de Janeiro
15. Juventudes em Articulação pelo Clima
16. GEEMA – Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Rio de Janeiro
17. Fiocruz
18. Núcleo Terranias de Pensamento Ecológico
19. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Paisagens NIPP/UFF
20. Ecotroca Manguinhos – Educação ambiental e gestão de resíduos
21. Subverta RJ
22. Coletivo Martha Trindade
23. Morretes Preserva
24. Mandato Henrique Vieira deputado federal
25. Famílias pelo Clima
26. Subverta RJ
27. Cooperativa Cedro
28. APSER – Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro

29. Sindipetro-RJ
30. Radar Saúde Favela – Fiocruz
31. Grupo de Pesquisa Saúde, Ambiente e Saneamento – ENSP/Fiocruz
32. CEDAC- Centro de Ação Comunitária
33. Movimento Popular de Favelas
34. Comissão de Meio Ambiente de Manguinhos
35. Conselho Gestor Intersectorial de Manguinhos

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Colaboradores nesta Edição

Bianca Lorena Aguiete Sepúlveda

Day Medeiros

Janine Oliveira

João Vítor Rodrigues

José Carlos Pereira

Laura Torres

Tayna Silva

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Coalizão pelo Clima

Espaço Gaia

Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria

Mulheres Vivas Zona Oeste

Pastoral dos Migrantes

Projeto Gráfico

Mariane Martins

Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro

Equipe Radar Saúde Favela

Cinthia Marcelino Martins

Fábio Araújo

Fábio Mallart

Luciene Silva

Mariane Martins

Paulo Roberto Ribeiro

Taís de Amorim



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz